

A serviço público, por conta própria

Categories : [Reportagens](#)

Mas antes relatar esses feitos, que incluem a redescoberta do mico-leão preto e a preservação do quase extinto mico-leão dourado, vale fazer uma observação sobre sua personalidade. A contundência com que defende suas idéias e os relatos das vezes que precisou pegar em armas na defesa ambiental poderiam passar a impressão de um temperamento do tipo “casca grossa”: intransigente e irascível. Nada mais injusto. Aos 80 anos, casado há redondos 50 com Jacqueline Nevière Coimbra, pai de dois filhos cuja formação orgulhosamente acrescentou em seu próprio currículo (engenheiro mecânico e médica) e avô de quatro netos, Adelmar é um senhor pacato, de hábitos simples. Em suas palavras, “um sujeito telúrico”. De fato, não se apega a formalismos no trato pessoal e dispensa qualquer afetação acadêmica. Polidez e generosidade lhe são virtudes espontâneas. O sangue quente ele credita às origens nordestinas (nasceu em Fortaleza e veio para o Rio muito jovem): mesmo diante de ameaças de morte, nunca tolerou agressões a áreas sob sua proteção, como quando discutiu, armado, com pessoas que predavam jacarés-de-papo-amarelo reintroduzidos por ele na lagoa de Marapendi, na Barra da Tijuca, e quando alvejou a tiros cabras que destruíam pitangueiras plantadas na Reserva de Jacarepaguá.

Mira certeira -

Floresta fantasma - Em 2004, completa 52 anos de vigência a lei que determina a aposentadoria compulsória dos funcionários públicos que chegam aos 70. Nem as mudanças de regime, nem a nova Constituição, nem a reforma da Previdência, nem a progressiva elevação da expectativa de vida no último meio século foram capazes de alterar a regra que torna inapelável o fim de carreira dos servidores. Talvez porque a maioria, a essa altura da vida, não veja mesmo a hora de pendurar de vez o paletó. Fosse dada a oportunidade de escolha ao funcionário Adelmar Faria Coimbra Filho, no entanto, e ele estaria até hoje na FEEEMA, maldizendo a escassez de recursos e brigando em frentes variadas pela conservação ambiental.

Com carinho especial, continuaria dirigindo o seu Centro de Primatologia, do qual também teve que se afastar em 1994, quando alcançou a idade fatal para quem deseja prestar serviços ao Estado brasileiro. Depois dos 70, não, obrigado. Felizmente, o Centro passou a ser dirigido por seu amigo Alcides Pissinatti, presente desde a idealização do projeto, o que permite a Coimbra Filho continuar acompanhando de perto sua obra mais marcante, e, dela sim, poder se orgulhar até hoje. O cuidado com que o local, sua fauna, flora e infra-estrutura são tratados, impressiona os

visitantes.

Dez anos depois de aposentado, o emérito cientista tem em seus planos muito trabalho ainda, a conciliar com a chuva de homenagens e prêmios que recebe anualmente, convites para palestras, e a participação em Conselhos, Associações, comitês técnicos e academias científicas.

Em 1996, publicou, com Ibsen de Gusmão Câmara, um pequeno livro chamado *Os limites originais do bioma Mata Atlântica na região Nordeste do Brasil*. Em 86 páginas, os autores apresentam evidências científicas de que no semi-árido nordestino existiam, no passado recente, grandes extensões de floresta primária. Simplesmente não havia “seca no Nordeste”: a região de fartos recursos hídricos e solos protegidos por densas matas gozava de equilíbrio ecológico, refletido no clima e em índices pluviométricos bem mais generosos que os de hoje. Imagine-se um continuum silvestre unindo a Floresta Amazônica à Mata Atlântica litorânea, um enorme corredor ecológico que permitia a espécies da flora e fauna transitarem, literalmente, do Oiapoque ao Chuí. Pois era assim o Brasil até ontem, quando começou a colonização.

O chamado *paralelismo* entre a flora e a fauna dos três biomas silvestres brasileiros (amazônico, atlântico e do planalto central) é comprovado em incontáveis exemplos da bibliografia utilizada. Uma outra realidade ambiental descortina-se claramente ao leitor, revelando fervilhantes interações biológicas que viraram fumaça em poucos séculos, com a sucessão de ciclos econômicos altamente predatórios. Ufanistas quanto à nossa índole pacífica e diplomática, somos levados a reconhecer que houve aqui um verdadeiro genocídio ambiental.

Uma foto de 1970 ilustra a capa do livro. Nela vê-se uma estrada margeada por alta e densa vegetação florestal, flagrante do que sobrava de Mata Atlântica alagoana. Na contracapa, outra foto, do ano seguinte, no mesmo local. Mas já não é possível reconhecer o cenário: só se vêem tocos queimados e terra arrasada, além de dois imponentes visqueiros ao fundo, ainda de pé, como testemunhas da eficiente destruição promovida por desmatadores.

A degradação ambiental vai transformando a floresta em região semi-árida, e, sem que se reverta urgentemente o processo, transformará semi-árido em puro deserto. De nada adiantaria transpor as águas do São Francisco, proposta quase mítica que alimenta os sonhos ambientais de muitos brasileiros, se o regime de exploração dos recursos naturais continuar assim irresponsável. O São Francisco é uma vítima, não uma solução. Muito mais eficaz seria, sugere o livro, iniciar um grande programa de reflorestamentos ao longo das bacias hidrográficas, na tentativa de restabelecer o equilíbrio ambiental perdido e transformar em reservas protetoras de mananciais todas as serranias nordestinas. Ainda há tempo.

Os olhos de Coimbra Filho brilham ao comentar os achados desse trabalho, pois embora a tese pareça óbvia, a ciência brasileira jamais havia revelado com tanta ênfase a origem essencialmente antrópica e relativamente recente da formação do deserto sertanejo. O fantasma da floresta nordestina funciona como contundente lição: por mais imponente que seja e por mais perene que

pareça, o verde um dia pode acabar. E com ele vai pelo ralo a vida dos primatas metidos a besta, incapazes de se entender como beneficiários, porque partícipes, da biodiversidade que sacrificam.

O pequeno clássico ambiental foi publicado com recursos dos próprios autores, e os direitos autorais cedidos à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), para quem também doaram mil exemplares. Talvez por não contar com a chancela de qualquer entidade científica e não ostentar, nas primeiras páginas, a devida lista hierárquica de presidentes, diretores e chefes de qualquer órgão governamental, permanece restrito a poucas prateleiras especializadas, longe dos olhos do público, das escolas, do debate civil em torno de um dos mais graves problemas ambientais (e sociais, mas qual é mesmo a diferença?) do país.

Um dia, tal qual a floresta fantasma, o livro será descoberto. Se não por si próprio, ao menos pelo nome que leva na capa, quando este ocupar definitivamente seu lugar entre os grandes cientistas e ambientalistas de nossa história.